

## **AS NOVAS COMPETÊNCIAS DO PLANEAMENTO TERRITORIAL**

Ana Paula Ferreira - paulavilamoura@gmail.com;

planeamento territorial, redes, geógrafos, competências

O planeamento territorial é um campo de práticas profissionais e sociais que mobiliza simultaneamente vários conhecimentos disciplinares, envolvendo a concepção, a organização, e a implementação. Exige imaginação e criatividade, capacidade para promover interações e compromissos e talento para gerir conflitos. O planeamento territorial mobiliza um grande número de especialidades científicas e técnicas. Os actuais desafios do planeamento exigem profissionais de intermediação, que produzem, interpretam e estabelecem as interações, num mundo de grandes incertezas e muito imprevisível. Devem ser competentes na construção dos interfaces cívicos ou dos serviços de mediação social e institucional para a gestão territorial. A segunda geração de planos assenta em pressupostos de inovação sócio-territorial (Albrechts, 2006, 2009; Healey, 2005), assentes em projectos estratégicos, contrariando a acumulação de projectos, não articulados e sem coerência. As visões resultam de práticas de governancia territorial destinadas a definir estratégias e compromissos de desenvolvimento (Ek e Santamaria, 2009).

Hoje em dia, no planeamento territorial existem geógrafos a exercer funções ou a desempenhar cargos de liderança, em empresas privadas, instituições públicas, da administração central, regional e administração local, institutos públicos, etc. A formação académica de um geógrafo dá-lhe competências e ferramentas que lhe permitem diversificar a sua actuação na gestão territorial. No ordenamento do território e no urbanismo, nos projectos de regeneração urbana, nas avaliações ambientais, nos estudos de acessibilidade e de mobilidade, ou na protecção de riscos, a sua actuação é cada vez mais expressiva. Muitas vezes não de uma forma isolada, mas estando integrados em equipas, ou mesmo, liderando essas mesmas equipas.

A transversalidade da formação dos geógrafos fornece-lhe competências para abordar a complexidade territorial. Com a sua capacidade de análise, de selecção e de interacção de conhecimentos, actua a diferentes escalas e desenvolve raciocínios inter-escalares. Tem uma visão estratégica das competências específicas e consegue criar sinergias e plataformas de trabalho, construindo equipas e inteligência colectiva. As funções de compatibilização e articulação são hoje em dia fundamentais. Se há alguns anos atrás seria quase impossível um geógrafo ser chefe de divisão ou director de departamento numa câmara municipal, na área

de projectos, (que inclui por vezes mais de vinte especialidades: arquitecturas, engenharias, topografia, medições, orçamento, caderno de encargos, etc), ou na área das obras municipais, actualmente essa é uma realidade.

Num contexto de grande incerteza, no planeamento, a gestão de redes institucionais é fundamental. Planear não é só conceber uma ideia, é um conjunto de actos e procedimentos cada vez mais complexos. É um processo participado, de consensos, pareceres, decisões, aprovações, publicações e finalmente implementações. Desde que se inicia um processo de planeamento até à sua concretização plena podem passar vários meses, anos, uma década, ou ainda mais... Diferentes regulamentações, definem os requisitos necessários à concepção e à implementação, envolvendo cada vez mais processos participativos activos. Isto significa que é necessário identificar os actores fundamentais em cada uma das fases do processo de planeamento e trabalhar para atingir os objectivos definidos dentro dos respectivos prazos.

Nos processos de decisão, ou de apoio á decisão, haverá sempre que compatibilizar os objectivos, os custos e a solução. O que significa que é crucial o papel do gestor do território, que vai cruzando as diferentes dinâmicas (físicas, económicas e sociais) territoriais e dinamizando os processos inter-institucionais. Muitas vezes o tempo é inimigo do planeamento, mas a tomada de decisão tem de se apoiar numa visão transversal e prospectiva dos territórios, assente nas estratégias e nos recursos dos actores.

Assim, num contexto de incerteza e de grandes transformações, a base institucional é fundamental nos processos de desenvolvimento. A governancia territorial assenta em princípios de acção pública a nível local, tipos particulares de regulação política, processos administrativos específicos, um jogo de actores públicos e privados, várias prerrogativas do poder político maioritário, etc. De que forma a acção pública se adapta às restrições financeiras e a um novo papel do Estado no desenvolvimento e ordenamento local? Geógrafos, economistas, sociólogos, arquitectos, engenheiros, juristas e políticos associam-se para melhor fazerem face aos desafios contemporâneos, que afectam os territórios e os poderes que aí se manifestam. O governo dos territórios não pode ser concebido com base num modelo hierárquico, mas como um processo de coordenação e de ajustamentos entre actores (Godard, 1997). Num contexto de reforço das competências das autarquias locais (nomeadamente nas áreas da educação, saúde e acção social), a gestão dos partenariados mostra-se fundamental para a sobrevivência e animação dos pequenos centros e dos territórios envolventes.

Nesta apresentação vamos reflectir quais as implicações em termos de saberes e competências que as grandes mudanças sociais, económicas e ambientais estão ou vão implicar – alterações climáticas, envelhecimento da população, desemprego e segregação

social, movimentos migratórios e multi-culturalismo, mobilidade e alterações tecnológicas, entre muitas outras. Em termos empíricos vamos apresentar vários exemplos, reflectindo as novas especializações e as novas competências de um gestor do território, numa direcção de planeamento e ordenamento do território, numa de obras e equipamentos, ou numa de ambiente e infra-estruturas.

Hoje, os geógrafos têm de ser bons gestores de redes, animadores de processos interactivos de participação, conhecedores atentos da regulamentação jurídica, especialistas em estratégia e marketing territorial, hábeis comunicadores, e sobressaindo no domínio das novas metodologias de análise e representação territorial (SIG). A complexidade territorial e as mudanças globais determinam cada vez mais saberes e competências especializadas e simultaneamente construtores de visões integradas, o que favorece a afirmação da geografia e dos geógrafos.